

Panorama Político

Tereza Cruvinel

■ DE BRASÍLIA



Congresso Semana quente

As autoridades do Congresso, que ficam tão irritadas com as críticas à valsa lenta que vem embalando as reformas neste semestre, esta semana estão respondendo com frevo. A agenda, nas duas Casas, será cheia e animada. Voltando hoje, depois de um bom feriadão, os líderes governistas vão correr atrás dos votos, impregnados de pragmatismo pelo Planalto, que os manda avisar: a base governista estará no radar. Voto contra será considerado defeção, com tudo o que isto pode trazer de consequências.

Na Câmara, haverá amanhã a grande batalha na Comissão de Constituição e Justiça, entre a proposta de reforma administrativa do Governo e o parecer de Prisco Viana, que encampa resistências ao fim da estabilidade dos servidores e a outras mudanças. Espera-se um rico debate entre juristas sobre a tese do direito adquirido e pressões explícitas do Governo, dos governadores e do lobby dos servidores públicos. Aquela sala vai ferver. A poucos metros estará havendo um debate com o ministro José Serra sobre o FSE. As comissão de Orçamento e da reforma tributária serão movimentadas a semana inteira pela apresentação de emendas.

No Senado, também amanhã, será votada em segundo turno a emenda do petróleo, que já dormita há alguns meses na Casa — a bem da verdade porque o Governo precisou ganhar tempo para con-

tornar resistências nacionalistas, encabeçadas pelo relator Ronaldo Cunha Lima. As arestas foram acertadas mas o Senado anda doido para pregar uma surpresa no Governo. Há senadores da própria base governista muito insatisfeitos com o tratamento que recebem. Na quarta, vai também a votação a emenda que cria a Contribuição sobre Movimentações Financeiras (CMF), o imposto proposto pelo ministro Jatene para financiar a saúde. O líder Elcio Alvares acredita que ela passe mas ainda há quem duvide. Há muita simpatia a uma emenda similar que cria o imposto mas destina seus recursos ao pagamento da dívida interna. Na quinta-feira, a lei das patentes, que encontrou enormes dificuldades nas comissões, passará pelo primeiro teste de plenário. Para completar, pode ser posto em votação, contra a vontade do Governo, o projeto do senador petista José Eduardo, que condiciona a privatização da Vale do Rio Doce à aprovação do Senado. A proposta alternativa, do senador Ney Suassuna, troca isso pelo acompanhamento de todo o programa de privatização por uma comissão especial do Senado. O Governo detesta a primeira idéia e não gosta muito da segunda.

No fim desta semana, será possível avaliar, com alguma segurança, se o atual Governo ainda está na fase de obter do Congresso tudo o que pede ou se sua base parlamentar já começou a encolher.